

'Sobra' do Bolsa Família pode 'salvar' Orçamento

Há, porém, entrave legal para adotar saída; Bolsonaro tem até dia 22 para sancionar lei

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli
Camila Turtelli | BRASÍLIA

A fim de evitar indisposição com o Congresso, o governo mira em cortar despesas próprias para resolver o impasse do Orçamento de 2021. O uso da "sobra" de recursos do Bolsa Família é uma das alternativas, além de tesourada em despesas não obrigatórias. O ajuste é necessário porque o Orçamento foi aprovado com despesas subestimadas para permitir aumento de emendas parlamentares. O presidente Jair Bolsonaro tem até o dia 22 para sancionar a lei.

A economia com a transferência temporária de beneficiários do Bolsa Família para o auxílio emergencial deve render economia entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões. Como o auxílio será pago por quatro meses também para os beneficiários do Bolsa Família, a expectativa agora é que essa economia possa dar um alívio no Orçamento deste ano.

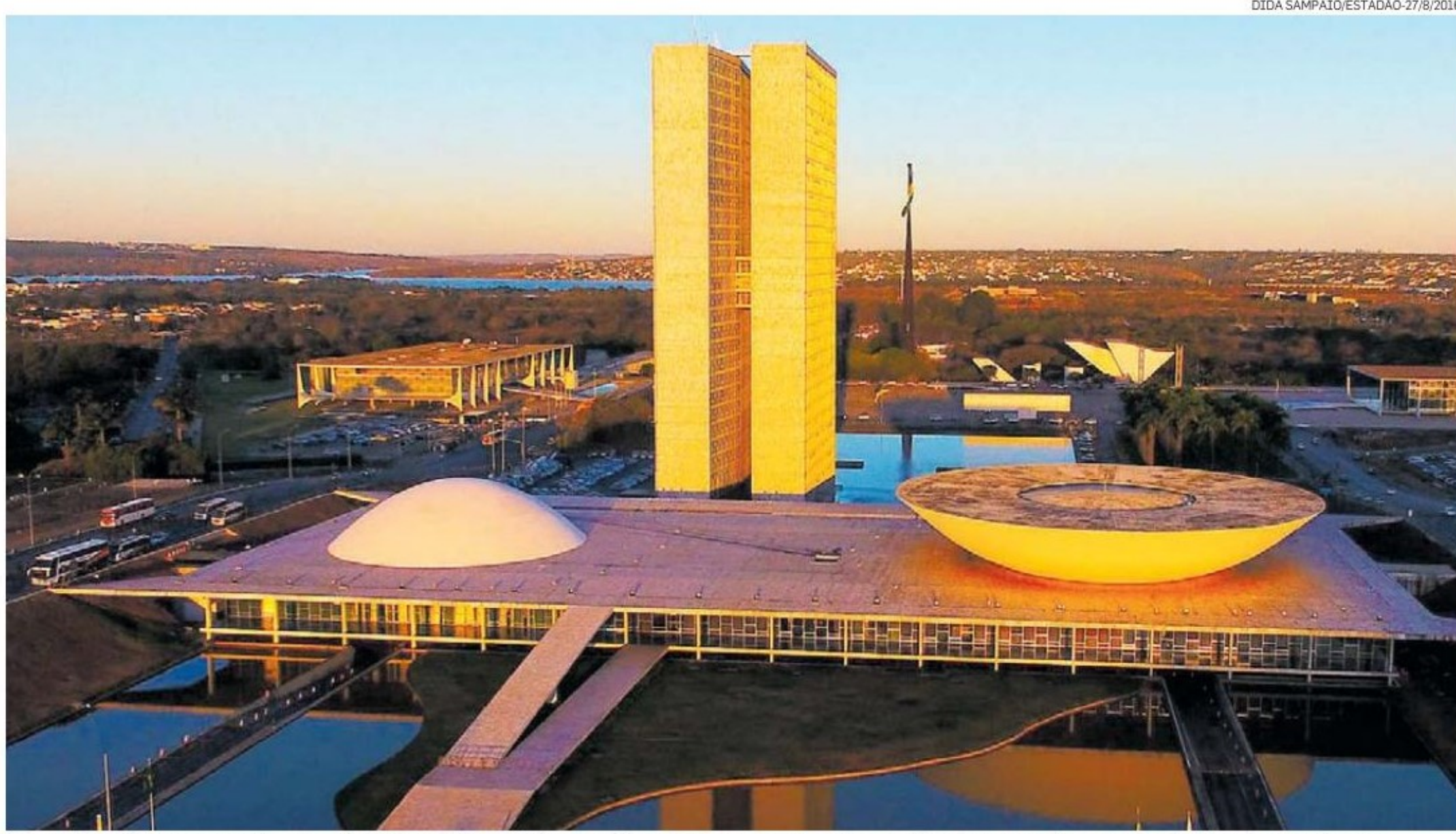
Essa alternativa esbarra, porém, em entraves legais. Pelo acórdão do Tribunal de Contas

da União (TCU), o governo não pode redistribuir esses recursos, a não ser que sirvam para financiar despesas relacionadas à crise – como um aumento imprevisto nos gastos do seguro-desemprego.

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, o uso dos recursos ainda não está 100% decidido, mas, se for utilizado, terá de "seguir a linha do TCU", disse uma fonte. No Orçamento, uma das despesas maquiadas é o seguro-desemprego.

O ministro da Cidadania, João Roma, não gosta da ideia e quer utilizar os recursos para o próprio programa no segundo semestre. Em entrevista ao *Estadão/Broadcast*, ele prometeu a reformulação do programa para agosto, com o aumento do valor médio e "prêmios" para desempenho acadêmico e esportivo.

Mas a alternativa de usar os recursos do Bolsa Família já chegou ao mercado financeiro, onde se fala num valor de até R\$ 15 bilhões, o que não é considerado factível pelo Ministério da Cidadania. No ano passado, o TCU gritou quando tentaram usar essa sobra, mas agora analistas do mercado avaliam que o TCU pode não repetir a ação. No



Disputa. Impasse entre Legislativo e Executivo no Orçamento se arrasta; polêmica envolve emendas parlamentares

Fim de impasse virá 'sem ruptura' do teto, diz Lira

● Em reunião fechada organizada pelo banco BTG Pactual, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o impasse envolvendo o Orçamento de 2021 será resolvido "sem rupturas" do teto de gastos, segundo relato de participantes.

Ministério da Economia, há preocupação com a posição do TCU e o risco de a medida bater de frente com a decisão do órgão, mas não está descartada uma negociação para flexibilizar o uso da "sobra".

Fim de prazo. A uma semana do prazo para a sanção do Orçamento de 2021, a briga continua e se concentra na escolha entre vetar emendas parlamentares ou

cancelar despesas discricionárias (que não tem pagamento obrigatório) do Executivo para readequar os gastos sem contrariar uma crise política com o Congresso.

Segundo um integrante da equipe econômica, o que está em estudo é a possibilidade de cancelar despesas de custeio ou investimento sob responsabilidade do Executivo para amenizar a tesourada sobre as emen-

das de relator (que, no jargão orçamentário, têm outro tipo de classificação).

A cúpula do Congresso tentou nos últimos dias, com base em pareceres de consultores legislativos, convencer Bolsonaro de que não há risco de sancionar integralmente o Orçamento. A equipe econômica, por sua vez, vai na direção contrária e vê necessidade de veto para evi-

tar que o texto seja avalizado com despesas maquiadas. A própria consultoria da Câmara reconheceu que a insuficiência é de R\$ 21,3 bilhões.

Por trás do movimento da cúpula do Congresso, está o desejo de garantir a obrigação do governo em executar essas emendas, que são impositivas. Se o Legislativo concorda com o envio posterior de um projeto de lei para recompor as emendas vetadas, essas novas despesas aprovadas não serão impositivas e podem sofrer mudanças ou remanejamentos – o que os parlamentares querem evitar.

Dentro da área econômica, porém, a estratégia de mirar nas discricionárias é vista com reserva. O valor já está muito baixo, e a própria Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece como prioritários os gastos obrigatórios e as despesas necessárias ao "funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social".

CRECISP RUA PAMPLONA, 1200 - TEL (PABX): (11) 3886-4900 - SP Informe Publicitário

COLUNA CRECISP

TV CRECI atinge 300 mil inscritos

Os dados surpreendem e dão conta da qualidade do trabalho desenvolvido. Especialmente ao longo desse período de pandemia, a TV CRECI se destacou como uma importante ferramenta para o dia a dia do corretor de imóveis, trazendo inovação, notícias e, principalmente, dando subsídios para que a atividade se profissionalize cada vez mais.

No último dia 10 de abril, o número de inscritos na plataforma do canal no Youtube atingiu a marca de 300 mil! E o mais interessante é que, desse total, 150 mil inscreveram-se nos últimos 365 dias. Ou seja, o isolamento social trouxe como benefício uma aproximação maior dos corretores com o canal de TV do Conselho.

Esse trabalho teve seu primeiro reconhecimento em março de 2019, quando a TV CRECI conquistou seus 100 mil inscritos e uma placa do Youtube com essa referência especial. De lá para cá, a audiência vem crescendo exponencialmente, fazendo com que a emissora ultrapassasse as 200 mil inscrições em um período de apenas 18 meses.

Lançada em 2011, a TV tinha como proposta divulgar informações institucionais aos corretores de imóveis do Estado e à população em geral. No entanto, a qualidade das palestras e dos programas que passaram a ser exibidos transformou a emissora em um canal de comunicação que leva uma gama de notícias e conhecimento sobre as mais diversas áreas ligadas ao segmento imobiliário a pessoas de todos os lugares do mundo.

A marca dos 300 mil inscritos alcançada em um tempo tão curto (cerca de 8 meses), antecipou em aproximadamente um ano e meio a possível chegada a 1 milhão de inscritos no canal, prevista agora para dezembro de 2022.

Atualmente, a plataforma conta com 5.263 vídeos disponíveis e, diariamente, é registrada uma média de 70 mil visualizações. Por ano, o canal ultrapassa 27 milhões de visualizações, com média de 21 minutos assistidos por vídeo! Uma rica e extensa programação inclui temas do Direito Imobiliário, relações condominiais, contratos, documentação e relações humanas, dentre os preferidos pelos profissionais. Assuntos como aposentadoria para corretores, psicologia e técnicas de persuasão e vendas fazem parte da lista dos 5 mais acessados da TV. A palestra sobre "As revisões de aposentadorias do INSS", ministrada por Victor Hugo Xavier, em 2011, já superou 2.800.000 visualizações.

As lives, populares durante a pandemia, também conquistaram um público cativo em todo o País. Transmitidas, em geral, três vezes ao dia, essas apresentações têm uma característica mais interativa, com perguntas e comentários dos internautas. No último ano, as 5 mais populares abordam o despejo na locação, os exercícios e pensamentos para se tornar mais feliz, a criatividade, os contratos de aluguel e o inventário extrajudicial.

O presidente do Conselho, José Augusto Viana Neto, afirmou que o CRECISP não tem medido esforços para manter os inscritos bem informados, contribuindo para um aperfeiçoamento profissional cada vez maior. "São resultados que nos mostram que estamos no caminho certo, em benefício da categoria e da sociedade."

Crédito subsidiado para corretores de imóveis

Por meio dos programas Empreenda Rápido e Enfrentar, oferecidos pela parceria entre o CRECISP e o Sebrae-SP, os profissionais poderão ter acesso a microcrédito, com juros bem abaixo dos praticados no mercado e, ainda, passarem por uma qualificação com conteúdos voltados à negociação, obtenção de crédito, vendas, legislação, para aprimorarem sua atividade, especialmente em um momento tão delicado como o atual.

É uma chance de ouro para aqueles que querem ter sucesso em seus negócios.

As inscrições são gratuitas e vão até o dia 18/04, às 23h59. Inscreva-se já pelo link: <https://crecisp.gov.br/corretor/sebrae>

LDO de 2022 prevê 'vacinas' contra manobras do Orçamento

Proposta do governo proíbe, por exemplo, alteração de despesas obrigatórias sem aval prévio do Executivo

Daniel Weteman | BRASÍLIA

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 apresentado pelo governo prevê dispositivos que podem evitar a repetição de manobras feitas pelo Congresso na votação do Orçamento deste ano. A proposta exclui a possibilidade de indicação das emendas de relator e proíbe o Congresso de subestimar despesas obrigatórias sem aval do Executivo, mexendo nos pontos de maior impasse de uma disputa ainda não resolvida em torno das verbas deste ano.

O projeto da LDO cria uma trava para impedir que os recursos de despesas obrigatórias sejam usados como fonte para emendas parlamentares. O texto poderá ser alterado pelo Congresso durante a discussão na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e no plenário. A relatoria da LDO ficará com um deputado, ainda não definido. Nos bastidores, esses itens são considerados fora do texto antes mesmo da tramitação, em função da articulação dos partidos do Centrão para turbinar recursos de verbas com apelo eleitoral.

Ao aprovar o Orçamento de 2021, no mês passado, o Congresso promoveu uma "tesourada" em despesas obrigatórias, como na Previdência Social, e turbinou as emendas parlamentares, recursos destinados por deputados e senadores para redutos eleitorais. Só nos benefícios previdenciários, o corte foi de R\$ 13 bilhões. Em contrapartida, foram aprovados R\$ 29 bilhões em emendas controladas diretamente pelo relator do Orçamento, senador Marcio Bittar (MDB-AC).

O Ministério da Economia aponta uma insuficiência nas contas e tenta convencer o presi-



Reação. Bittar afirma que Economia deu aval a emendas

● **Condições**
"Despesas obrigatórias só poderão ser alteradas se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal."
Trecho da proposta de LDO de 2022 enviada pelo governo

dente Jair Bolsonaro a vetar parte das emendas. A cúpula do Congresso, porém, pressiona pela sanção integral com ameaça do Centrão de romper a aliança política com Bolsonaro. De qualquer forma, o governo terá de enviar um novo projeto de lei para complementar despesas e cumprir obrigações ao longo do ano. O impasse está no alvo dos cortes que abrirão espaço para esse ajuste.

Exigências. De acordo com a proposta de LDO apresentada pelo Executivo, as despesas obrigatórias somente poderão ser alteradas pelo Congresso Nacional "se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, cuja justificativa para alteração contenha manifestação da área técnica responsável pela projeção". O dispositivo autoriza o Ministério da Economia a ratificar a revisão e cria uma extensa lista de exigências para apresentação do cálculo dessas estimativas.

A medida é uma tentativa do

Ministério da Economia de evitar o que aconteceu na aprovação do Orçamento neste ano. Enquanto a equipe econômica apontou a necessidade de aumentar os recursos para esses gastos carimbados, o relator diminuiu as projeções e aumentou as verbas para emendas. Nos bastidores, o ministro da Economia, Paulo Guedes, argumentou que o Congresso desconsiderou os alertas técnicos. Bittar, por sua vez, acusou Guedes de "faltar com a verdade" e afirmou que o próprio ministro deu aval para todo o processo. Procurado pela reportagem, o ministério não comentou as medidas do projeto.

Em outro ponto crucial para as articulações, o governo enviou a LDO sem a previsão de indicação das emendas de relator e de comissões. A proposta estabelece a programação de pagamentos apenas para emendas individuais, aquelas indicadas por cada deputado e senador, e para as emendas de bancadas estaduais, incluídas pelo conjunto de parlamentares de um mesmo Estado. A projeção é que as emendas impositivas fiquem em R\$ 17 bilhões em 2022. Com a inclusão das emendas de relator e comissões, porém, o valor deve aumentar. Neste ano, por exemplo, a aprovação desses dois tipos de indicações elevaram o patamar de verbas com a digital dos parlamentares para R\$ 47,4 bilhões.